

# OS GRUPOS DE MULHERES NO ESTADO DA PARAÍBA NA CONJUNTURA DE NOVOS ESPAÇOS: um estudo de caso

## *WOMEN'S GROUPS IN THE STATE OF PARAÍBA IN THE CONTEXT OF NEW SPACES: a case study*

Rachel Joffily Abath<sup>1</sup>  
Timothy D. Ireland<sup>2</sup>

### **Resumo**

No Estado da Paraíba, a mulher desempenha, desde o início do século XX, um importante e corajoso papel na vida política, embora os grupos feministas foram formados, apenas, a partir dos anos 70. Desta forma, a motivação inicial das feministas paraibanas difere um pouco da tendência geral brasileira e da latino-americana, nas quais a oposição à ditadura militar concorreu para concentrar a luta em direitos humanos e civis, com pouca referência à questão de gênero. O artigo traça o desenvolvimento do feminismo contemporâneo no Estado da Paraíba com referência ao contexto brasileiro e sul-americano, e aponta suas contribuições para a criação de novos espaços na sociedade civil.

### **Palavras-chave**

MOVIMENTO FEMINISTA – HISTÓRIA  
MOVIMENTO FEMINISTA – PARAÍBA  
FÓRUM DE MULHERES PARAIBANAS

### **INTRODUÇÃO**

O Relatório de Desenvolvimento Humano (*United Nations Development Programme*, 1997), em seu item relacionado ao desenvolvimento de gênero, concluiu que nenhuma sociedade dispensa a suas mulheres a mesma atenção que dispensa aos homens e que tal desigualdade é proporcional ao nível de pobreza do país. Na América Latina, além das condições de opressão e de pobreza, existem, ainda, os problemas relacionados a preconceitos, a machismo e ao controvertido papel da Igreja Católica, que se, por um lado, incentiva a igualdade entre mulher e homem, por outro lado, não permite discussões sobre a estrutura familiar ou a subordinação da mulher. (MACHADO, 1993)

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba

<sup>2</sup> Professor do Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba

Embora os movimentos feministas modernos tenham como marco o ano de 1975 - *Ano Internacional da Mulher* - a luta das mulheres latino-americanas remonta a meados do século XIX, quando Flora Tristan já percebia que “sem a liberação da mulher não pode haver a liberação do homem” (apud MILLER, 1991, p.14), lutas essas que abrangiam, principalmente, direitos à educação, democracia e justiça social.

Neste trabalho, pretendemos traçar a evolução histórica do movimento feminista no Brasil, e de forma mais resumida na América Latina, através de encontros realizados em nível nacional e internacional. Em seguida, delineamos o surgimento e desenvolvimento do movimento na Paraíba. Apresentamos, ainda, dois estudos de casos de centros de características diferentes: uma *organização não governamental* (ONG) feminista urbana - o *Centro da Mulher 8 de Março* (CM8M) e uma associação rural - *Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais* (MMTR), ambos relevantes tanto pela sua influência dentro do movimento feminista paraibano, quanto por permitir uma discussão mais geral sobre feminismo e suas várias tendências.

Assim, esperamos contribuir, modestamente, à sistematização da evolução histórica do movimento feminista na Paraíba dentro do contexto nacional e da nova configuração dos grupos que compõem o movimento nos dias atuais.

## O MOVIMENTO FEMINISTA

A história do feminismo é dividida por Miller (1991), em dois períodos, denominados de “onda”. A “*primeira onda*” atinge o seu ponto culminante no início da década de 1920, através de campanhas sufragistas, enquanto na “*segunda onda*” destaca-se a *Década da Mulher* (1976-1985), decretada pelas Nações Unidas. Porém, esse autor não delimita claramente o período em que as “*ondas*” ocorreram, mas supõe que esses períodos não foram contínuos, conseqüentemente, um não constituiu a continuação do outro, havendo, portanto, um corte entre a geração da primeira e da segunda “*onda*”. No contexto da América Latina, as atividades com vistas à melhoria da condição da mulher nas esferas política, educacional e de mercado de trabalho só se desenvolveram a partir dos anos 70, como conseqüência do movimento internacional da mulher.

Alvarez (1990) argumenta que o movimento organizado de mulheres na América Latina não é tão recente, tendo obtido, inclusive, o apoio dos governos que incluíram algumas das reivindicações progressistas de mulheres na legislação referente a 1930 e 1940. Entretanto, esta inclusão foi muito mais uma tentativa de manipulação política para obter o apoio das mulheres, do que o reconhecimento da importância da matéria, pois as leis permaneceram longo tempo no papel, sem afetar a vida da maioria das mulheres, haja vista o caso do Brasil, onde, atualmente, se luta pela legalização do aborto, cuja lei foi assinada há 50 anos.

## A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL ATRAVÉS DE ENCONTROS

No Brasil, de acordo com Shuma Shumaker, não há nem um único feminismo, e tampouco uma única história. A partir da expansão do movimento, tanto em termos quantitativos

(englobando grande número de mulheres), quanto em termos geográficos (extrapolando o eixo Rio de Janeiro - São Paulo), sentiu-se a necessidade de organizar-se encontros nacionais. Esses encontros foram idealizados com a finalidade de se trocar idéias, de se conhecer, de se ter informações do que estava sendo feito em prol do desenvolvimento da mulher na sociedade.

Durante o *12<sup>o</sup> Encontro Nacional Feminista*, sediado em Salvador - BA em 1997, uma mesa redonda<sup>3</sup> "*História do Movimento Feminista*" contou com a participação de, aproximadamente, 100 mulheres. Este Grupo caracterizou-se pela heterogeneidade das participantes, em relação aos respectivos locais de origem, classe social, profissão, entidades às quais estavam filiadas, faixa etária e tempo de participação no movimento. Os trabalhos da mesa constaram de um levantamento coletivo da história do movimento de mulheres no Brasil, quando as participantes reconheceram o ano de 1975 como o marco inicial do movimento feminista contemporâneo no País. Durante as discussões, também, chegaram a um consenso sobre alguns marcos específicos da história do movimento relatados a seguir.

O *1<sup>o</sup> Encontro Feminista*, em nível nacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1980, foi considerado um encontro espontâneo, por não ter havido previamente nenhum tipo de convocação. O Encontro realizou-se durante a reunião da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), promovido por um grupo de feministas que resolveu discutir assuntos de seu interesse, conclamando naquela ocasião que

ninguém representa ninguém: nem a sua instituição, nem o seu sindicato, nem o seu grupo, nem a sua prefeitura, nem o seu conselho de mulher; nos encontros feministas você vai representar a si mesma, é uma oportunidade para falar de si, de seu umbigo, dos seus desejos, das suas contradições, das suas ansiedades, das suas dificuldades, da sua sexualidade. (SHUMAHER, 1997, s.p.).

Além de instituir-se a não representatividade, este Encontro caracterizou-se, ainda, pela formação de grupos de auto-consciência, isto é, grupos pioneiros do feminismo no Brasil, formados por mulheres interessadas em descobrir as raízes dos seus problemas individuais, responsáveis pela segregação e discriminação da mulher. Nesses grupos, as pessoas falam de seus problemas pessoais, do seu cotidiano, dando, portanto, origem a grupos autônomos e depois a organizações da sociedade civil (LIMA, 1989).

Embora alguns considerem esta reunião como o *1<sup>o</sup> Encontro Feminista*, a publicação *Porque Trabalhar com Mulheres* (OXFAM, 1990) reporta-se como sendo o *1<sup>o</sup> Encontro Nacional Feminista*, o realizado em 1979, durante a reunião do SBPC, ocorrida em Fortaleza, Ceará. Esta discordância talvez seja explicada pela ausência de um tipo de convocação prévia e específica, condição básica para a realização de qualquer evento.

Somente a partir do *2<sup>o</sup> Encontro Nacional Feminista*, realizado no ano de 1981, em Salvador, tornou-se comum não somente a escolha de temas específicos para cada

---

<sup>3</sup> Mesa redonda coordenada por Shuma Shumaker e Hildesia Medeiros, durante o *XII Encontro Nacional Feminista*, dia 29 de outubro de 1997.

encontro como também a convocação prévia a grupos e/ou pessoas interessadas no evento. Neste caso, o tema em questão tratou do tema *Violência e Mulher*.

O 3º *Encontro Nacional*, 1982, em Campinas - São Paulo, teve como temática *Meu Corpo me Pertence*. A partir daí, começa a emergir a questão da saúde com maior visibilidade, ao mesmo tempo em que são criados os *Conselhos Estaduais de Condição Feminina*, em São Paulo e Minas Gerais, surgindo, desta forma, as reivindicações de um espaço específico para as mulheres na estrutura do Estado. Neste momento, algumas ONGs feministas começaram a atuar junto ao *Programa de Assistência Infantil e Saúde da Mulher* (PAISM) do Ministério da Saúde, formulando e produzindo material educativo, bem como treinando profissionais da saúde para a questão reprodutiva em geral. Esta atuação das ONGs junto ao Ministério da Saúde despertou grande polêmica no âmbito das próprias organizações.

O 4º *Encontro*, realizado na cidade de Brasília, em 1983, teve como tema *Violência contra Mulher*, e resultou na criação de “coletivos” em vários locais, ou seja, organizações de pessoas e/ou entidades com interesse comum às questões da mulher.

Em 1984, sempre paralelo à reunião anual da SBPC, realiza-se o 5º *Encontro*, na cidade de São Paulo, especificamente na *Universidade de São Paulo* (USP) e deste encontro não se tem nenhuma informação de destaque.

No 6º *Encontro*, realizado em 1985, em Belo Horizonte, as mulheres mineiras que organizaram este evento eram ligadas ao grupo *Centro de Defesa do Direito da Mulher*, foram as mesmas que criaram a máxima “*quem ama não mata*”. Este Encontro tornou-se muito importante porque todas as mulheres que tinham história participativa e visibilidade no movimento de mulheres estavam presentes, com o objetivo de ampliar a discussão sobre os direitos da mulher. Entretanto, a discussão centralizou-se em torno da criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), assunto que como tal não constava na pauta do Encontro. As participantes do Encontro se dividiram em duas correntes, uma favorável à criação do Conselho e outra contra a inserção do movimento no poder público, sendo esta última corrente representada por mulheres ligadas a partidos políticos. Esse Encontro foi caracterizado pela anarquia, chegando ao ponto de prorrogar-se o citado evento após a partida de algumas participantes, escolhendo-se então, um grupo que foi diretamente à Brasília participar da criação do CNDM.

O 7º *Encontro Nacional* foi realizado em 1986, na cidade de Petrópolis - Rio de Janeiro, e o 8º *Encontro*, na cidade de Garanhuns, Pernambuco, um ano depois. As discussões centrais giraram em torno de trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, racismo e prostitutas.

O 9º *Encontro*, realizado em Bertioga, São Paulo, inseriu em sua programação vários temas (um tema por dia) distribuídos em 82 oficinas. Essas oficinas representaram uma revolução na metodologia de realização de encontros no Brasil, ao contrário daquela metodologia tradicional usada, anteriormente, na qual algumas convidadas proferiam palestras enquanto as demais participantes escutavam e aguardavam o momento de fazerem as suas perguntas. Já tais oficinas, surgidas com base na metodologia de educação popular de Paulo Freire,

proporcionam, pelo menos teoricamente, a todos os presentes, indistintamente, o direito de opinar, discutir e emitir julgamentos e idéias pessoais sobre o tema proposto. O evento proporcionou, ainda, o lançamento da campanha: *Constituinte pra Valer tem que ter Palavra de Mulher*.

Aliás, Shuma Shumaher considera a participação da mulher na Constituinte como o processo mais rico do movimento. Naquela ocasião, as mulheres, chamadas pelos deputados de “*a turma do batom*”, se destacaram pela competência do *lobby*. Em consequência disto, surgiu uma bancada feminina no Congresso, composta por 26 mulheres-deputadas.

Em 1990, o Encontro se realizou em Caldas Novas, Minas Gerais, com uma marcante participação das trabalhadoras rurais.

O 12<sup>o</sup> Encontro seria em Belém, entretanto por falta de financiamento não pôde ser realizado, até que as baianas assumiram a realização do evento em Salvador, em 1997, com a presença de 700 mulheres, de diferentes ideologias, classes sociais, religiões, idades, raças, sexualidade, provenientes de cada um dos estados do País. Foram realizadas 60 oficinas, sendo a temática *Gênero com diversidade no país da exclusão*. Este encontro foi pioneiro quanto à participação das mulheres negras, segundo um dos membros da Comissão Organizadora:

esta foi a primeira vez que discutimos com outras mulheres em pé de igualdade. Nós temos história diferente, a mulher negra não foi sufragista porque não sabia ler, precisava de um espaço alternativo porque não tinham nenhum espaço, mas agora estamos nos juntando ao movimento de mulheres. (Shumaher, 1997, s.p.)

Verifica-se, assim, que a realização de encontros nacionais de mulheres tem contribuído para o evolução do feminismo no Brasil em vários aspectos, tais como: definição de temáticas; produção de metodologia feminista; surgimento de novos grupos; integração de raças e proporcionando, também, entre outros fatores, visibilidade ao movimento, o que representa:

uma ruptura total com os padrões tradicionais de reclusão e subordinação feminina. Elas abriram campo para discussão e ação quanto aos dilemas e contradições da condição feminina no Brasil contemporâneo. Sua existência tem suscitado o surgimento de inquietações teóricas no mundo acadêmico e a introdução de novos temas na agenda dos movimentos sociais. (OXFAM, 1990, p.35)

Na esfera internacional, o 1<sup>o</sup> Encontro Feminista Latino-Americano e Caribe (1981) foi realizado em Bogotá, Colômbia, contando com a participação de uma única representante brasileira, Fernanda Pompeu, de São Paulo, que garantiu a sua ida graças ao sorteio de uma passagem para o local do Encontro.

O 2<sup>o</sup> Encontro, realizado no Peru (1983), não recebeu financiamento oficial, embora a Comissão Organizadora tenha feito um empréstimo junto à *Fundação Ford*. Neste encontro, foi sugerido que cada oficina deveria contar com um coordenador, idéia esta que

foi totalmente refutada. Sobre o 3<sup>o</sup> *Encontro*, em 1985, há controvérsias do seu local de realização. Miller (1991) afirma ter ocorrido em Santos (São Paulo, Brasil), enquanto os participantes da Mesa Redonda do 12<sup>o</sup> *Encontro Nacional Feminista* se reportam a Bertioga, São Paulo.

Depois do 4<sup>o</sup> *Encontro Internacional*, realizado na Cidade do México, em 1987, não há registro de nenhum outro *Encontro Latino-Americano*, muito embora tenham crescido os movimentos feministas nacionais na maioria dos países do continente.

## O MOVIMENTO DE MULHERES NA PARAÍBA

O movimento contemporâneo de mulheres na Paraíba nasce de uma tradição em que a participação política individual da mulher se integra à história do Estado. A atuação significativa e corajosa de mulheres, como Anayde Beiriz - intelectual que teve papel de vanguarda na sociedade da Parahyba no final da década de 20, e faleceu na cidade de Recife em 1930, supostamente assassinada por motivos políticos relacionados à Revolução de 1930, conforme relata Joffily (1993). Também destacam-se Elisabeth Teixeira (19-- ) - integrante do *Movimento das Ligas Camponesas no Nordeste*, no período de 1961 a 1964; Margarida Maria Alves que liderou o movimento dos canavieiros por carteira de trabalho assinada e por melhores salários, e que foi assassinada em 1983; todas fazendo parte de uma herança que teve forte influência no movimento recente de mulheres.

Os primeiros grupos de mulheres na Paraíba são fenômenos do final do regime militar brasileiro. O *Grupo Feminista Maria Mulher* foi criado em 1979; o *Grupo Raízes*, em 1984 e a *União de Mulheres de Cruz das Armas*, em 1986. Os grupos tinham uma característica comum, a área temática, saúde da mulher, questão que estava emergindo nesta ocasião dentro do movimento de mulheres. O *Grupo Maria Mulher* e *Grupo Raízes* eram autônomos, compostos por voluntárias, basicamente do meio universitário, e não recebiam apoio de agências financeiras, enquanto a *União de Mulheres de Cruz das Armas* era composto por mulheres da periferia e ligado ao *Partido Comunista do Brasil* (PC do B).

O *Grupo Feminista Maria Mulher*, inicialmente chamado de *Centro da Mulher de João Pessoa*, é considerado a primeira organização de mulheres na Paraíba. Caracterizou-se como grupo autônomo, formado por mulheres acadêmicas, que trabalhavam voluntariamente como militantes feministas. Através da imprensa, seminários e encontros contribuíram para divulgação das idéias de emancipação da mulher. A sua atuação se deu tanto no meio urbano - desenvolveu trabalho de assessoria junto às favelas de João Pessoa, quanto no meio rural - prestou assessoria, no Brejo Paraibano principalmente, junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a participação de Margarida Maria Alves e Maria da Penha, líderes do movimento sindical em Alagoa Grande. Deu, também, forte contribuição ao movimento e à criação de novos espaços para a mulher por ser um dos primeiros grupos no País a incluir a questão da mulher como objeto de estudo na área acadêmica. Incentivou o desenvolvimento de pesquisas e projetos de estudo, e, no caso da *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB), também a criação de um grupo de estudo sobre a mulher. No final da década de 80, o *Grupo Feminista Maria Mulher* se dissolveu, embora

não se tenha nenhum tipo de informação sobre o ano de dissolução do Grupo (ALBUQUERQUE, 1992).

O *Grupo Raízes* surgiu na cidade de Campina Grande, composto por estudantes do curso de Psicologia da antiga *Universidade Regional do Nordeste* (URNE). Era um grupo feminista autônomo, formado por militantes voluntárias e de profissões variadas. Sua contribuição para o movimento na Paraíba se deu através do repasse de metodologia de trabalho com mulheres a organizações interessadas (ALBUQUERQUE, 1992).

A *União de Mulheres de Cruz das Armas*, localizada em João Pessoa, era um grupo de origem partidária e ligada ao PC do B. De acordo com entrevista<sup>4</sup> com a fundadora, Maria Lúcia dos Santos Rocha, o Grupo era composto por donas de casa, mulheres da classe trabalhadora e mulheres ligadas à Pastoral da Igreja, do bairro de Cruz das Armas e adjacências. O Grupo desenvolveu alguns trabalhos de esclarecimento sobre a exploração da mulher nos ambientes privado e público. Segundo a entrevistada, “a gente fazia denúncias. [...] Uma vez a gente denunciou que a fábrica COPEL estava exigindo um atestado de laqueadura, aí a gente ia a rádio, jornal.”

As suas atividades principais constavam de palestras sobre saúde e discussões sobre a questão da violência contra a mulher. A luta se realizava através de duas vertentes: (1) luta por necessidades imediatas, que a entrevistada Rocha denomina de lutas específicas, como saúde e emprego, e (2) luta por necessidades mais gerais, por exemplo pela democratização da questão da mulher, isto é, contra a discriminação e a violência, a favor do direito a atendimento ao aborto. O primeiro tipo de lutas corresponde a “*interesses práticos*”, surgido das concretas condições da mulher na divisão do trabalho, e o segundo a “*interesses estratégicos*”, derivados da análise da subordinação da mulher, porém ambos fazendo parte da *Teoria de Interesses de Gênero*. Essa teoria postula que as necessidades das mulheres não podem ser generalizadas, porque existe heterogeneidade entre elas, embora tenham certas necessidades em comum que são justamente os “*interesses de gênero*” (Molineux, 1985). A politização dos interesses práticos e a transformação destes em interesses estratégicos constituem o cerne da prática política feminista, isto é, uma vez que a mulher reconhece que os seus problemas da vida cotidiana são conseqüências da desigualdade de gênero, ela pode lutar por uma necessidade imediata, mas a sua participação no movimento a leva à conscientização de suas necessidades estratégicas de gênero (BENNET, 1995).

A entrevistada Rocha foi evasiva em relação à data de dissolução do grupo e/ou a sua inserção na *União Brasileira de Mulheres* (UBM). Porém, esclarece que “uma característica dos movimentos de mulheres [é a de] ter momentos de ascensão e de baixa”. Melucci (1977) explica que este fenômeno de “*ascensão*” e “*baixa*” não acontece só no movimento de mulheres, mas no movimento social de forma geral, em conseqüência da tendência centrífuga produzida no interior do movimento e das iniciativas de adversários. Este mesmo fenômeno “*ascensão*” e “*baixa*” é denominada por Gohn (1997) de “*fluxo*” e “*refluxo*”.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada no dia 6 de outubro de 1997.

## ESTUDOS DE CASO

Quanto ao cenário paraibano atual, o movimento feminista abrange diversas formas de organização, interage com a sociedade civil, o Estado, a Igreja, os sindicatos e os partidos políticos.

As necessidades das mulheres estão tanto relacionadas a interesses práticos, tais como, emprego, moradia, saúde, saneamento básico, água, energia, condições de trabalho, creches, quanto a interesses estratégicos, como violência, gerenciamento da vida sexual e reprodutiva, exercício da cidadania. Apesar de a maioria das mulheres ter interesses práticos, as atividades desenvolvidas por elas enfocam temas relacionados à opressão e à subordinação da mulher, cujo processo de transformação já foi explicado anteriormente com base em Bennet (1995) a politização dos interesses práticos e sua transformação em interesses estratégicos.

Para estudo de caso, foram escolhidos o CM8M e o MMTR. A escolha se baseia no papel desenvolvido por ambas as entidades no movimento de mulheres urbanas e rurais e pela visibilidade dessas entidades dentro do movimento de mulheres, além de propiciarem exploração das idéias sobre o movimento de mulheres.

Sarantakos (1993) destaca o crescimento do emprego do estudo de caso na pesquisa e apresenta as suas diversas formas de utilização, principalmente como método de pesquisa e coleta de dados a fim de: (1) ajudar a coletar informações e formular hipóteses; (2) oferecer informação sobre casos específicos; (3) ilustrar estudos mais abrangentes através de aprofundamento de estudo específico dos casos; (4) oferecer informação suplementar. Neste trabalho, a escolha do método se baseou no interesse de aprofundar o abrangente tema do desenvolvimento do movimento das mulheres. Os dados foram coletados através de visitas aos Centros e entrevistas com as militantes.

### *Primeiro estudo de caso: O Centro da Mulher 8 de Março*

O CM8M foi criado em 1990, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, e se caracteriza como ONG feminista. Com base em Martin (1990), considera-se uma organização feminista aquela que tem ideologia, valores, objetivos e resultados feministas.

A ideologia corresponde a teorias que descrevem a opressão da mulher, explicam as causas e prescrevem estratégias para a liberação da mulher. Os valores feministas focalizam relações interpessoais; o *empowerment* e o desenvolvimento pessoal de seus membros; a construção de auto-estima; a promoção do aumento de conhecimento, habilidades e conscientização política; a autonomia pessoal e a política de gênero.

Objetivos feministas são considerados ações que a organização agenda para alcance dos objetivos pretendidos enquanto os resultados são as conseqüências destes fatores para as militantes, para as usuárias ou usuários, e para as mulheres da comunidade (Martin, 1990).



Nesta perspectiva, O CM8M luta contra a opressão da mulher e direciona as suas atividades com os seguintes objetivos: (1) fortalecer a organização das mulheres; (2) lutar pela igualdade e cidadania das mulheres; (3) lutar contra qualquer tipo de violência contra a mulher e contra a impunidade. Trabalha com os temas: violência contra mulher, cidadania, direitos reprodutivos, história e memória de mulheres. Enquanto suas atividades são baseadas em (1) áreas ou linhas de atuação e através do conhecimento da realidade a ser trabalhada - cujo planejamento inclui conteúdos, metodologia, público, dinâmicas e material a ser utilizado; e (2) respostas a uma demanda explícita, isto é, a comunidade solicita a atividade que necessita.

Durante a pesquisa de campo, houve oportunidade de se observar ambos os tipos de atuação. No primeiro caso, no Renacer, um bairro periférico de João Pessoa, com alto nível de gravidez e prostituição entre adolescentes, foram desenvolvidas oficinas com um grupo de meninas, com o objetivo de discutir a saúde e o corpo da mulher. No segundo caso, foi realizada uma palestra no *Dia Internacional da Mulher* numa fábrica, sobre o tema *A História do 8 de Março e o Papel do Trabalho no Desenvolvimento da Mulher*. A entidade recebe financiamento da *Interchurch Organisation for Development Cooperation* (ICCO) e OXFAM, principalmente. Há parcerias com o Estado em nível local, estadual e nacional.

O CM8M faz parte do *Fórum de Mulheres Paraibanas* do qual participam 24 grupos. Através de pesquisa pode-se verificar que o referido Centro está articulado<sup>5</sup> com os demais 23 grupos, com os quais troca informações, faz seminários e oficinas, presta assessoria e oferece cursos e treinamentos.

#### *Segundo estudo de caso: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais*

Diferentemente do CM8M, o MMTR é uma associação<sup>6</sup>, criada em 1982, com a finalidade de combater a discriminação contra as mulheres nos sindicatos rurais. Sua sede é na cidade de Pirpirituba, interior da Paraíba, com atividades desenvolvidas em 21 municípios circunvizinhos, chamados por suas militantes de “base”. O Grupo, hoje, tem como objetivo principal a luta pela igualdade entre homens e mulheres, enfocando o aumento da participação política da mulher na sociedade e o desenvolvimento do mercado de trabalho da mulher. Este Grupo se diferencia dos demais, por ser composto quase que exclusivamente por trabalhadoras rurais, e lutar por prioridades da classe tais como, acesso à terra, treinamento e capacitação para produção. Suas atividades principais são desenvolvidas através de reuniões, seminários, encontros, cursos de formação e capacitação, oficinas, visitas a comunidades, grupos de produção, programas de rádio e mobilizações (em nível municipal, estadual e nacional). As atividades são financiadas pela Christian Aid e pela OXFAM.

<sup>5</sup> Articulação - “capacidade de se relacionar com outros componentes do ambiente (organizações e grupos sociais) para obter apoio e consenso. Isto implica na capacidade de receber estímulos do ambiente e adaptar a organização às mudanças.” (Melucci, 1977, p. 140)

<sup>6</sup> O termo designa organizações que possuem contratos livremente estabelecidos entre indivíduos para exercer atividades comuns ou defender interesses comuns. (Landim, 1997)

Verifica-se que os objetivos iniciais do Grupo foram substituídos. Melucci (1977) argumenta que tal substituição dá-se através de diversos processos e a finalidade desta substituição é adaptar, progressivamente, a organização às necessidades do ambiente. No caso do MMTR, a troca de objetivos talvez indique a substituição de objetivos específicos por outros mais gerais, tendo em vista que a discriminação nos sindicatos é proporcional ao nível de uma maior participação política da mulher na sociedade.

Uma das principais características deste Grupo é a sua preocupação com os resultados do trabalho que desenvolve, demonstrada pela ênfase dada à avaliação das conseqüências das atividades feitas por meio de oficinas. Em uma dessas oficinas, objetivando avaliar como as mulheres viam a influência do MMTR em suas vidas, pediu-se às participantes para expressar as suas opiniões através de desenhos já que a maioria não dominava a escrita.

Nesse exercício, uma das participantes desenhou três folhas: uma amarela, uma marrom e uma verde. Sua própria interpretação do desenho foi registrada da seguinte forma pela redatora do grupo:

me sinto como três folhas: uma amarela, uma seca e uma verde. Quando a mulher não luta fica amarela, mofina, é escravizada, fica seca como esta folha e morre. A mulher da luta é forte, corajosa e feliz, verde como esta folha, na esperança de vencer. (militante, oficina, Pirpirituba, 1996)

## REFLEXÕES FINAIS

Na história contemporânea da América Latina, a mulher vem progressivamente destacando-se pela participação política<sup>7</sup>. Ora desempenhando seu tradicional papel feminino, como mãe de família - as *Mães da Plaza de Mayo*, na Argentina; como dona de casa - *Marcha das Panelas Vazias*, no Chile, 1971; como esposa ou companheira - na *Revolução Cubana*: “a mulher é capaz de desempenhar as tarefas mais difíceis lutando ao lado do homem” (Che Guevara, *apud* Miller, 1991, p.161); ora lutando pelo sufrágio universal, contra a ditadura militar, contra a opressão da mulher, assumindo nestas lutas seu papel feminista.

Esta participação política da mulher pode ser institucional, ligada a partidos políticos e não institucional, isto é, ligada a movimentos sociais e a organizações da sociedade civil em geral. Na América Latina, os estudos sobre a participação política da mulher são escassos. Dentre os estudos dedicados à dimensão não institucional, a maioria focaliza mais as “*externalidades*” do movimento, como protesto político, do que as “*internalidades*”, como gênero, identidade política e práticas que formam o comportamento da mulher na sua vida cotidiana. Na história do movimento feminista brasileiro, a participação política não institucional precede a participação política institucional. Mas dados existentes sugerem que esta participação tem crescido nas últimas duas décadas. O crescimento pode, em parte, ser explicado como resultado da Lei N<sup>o</sup> 9.100 que obrigou os partidos políticos a reservar

<sup>7</sup> Adotamos, neste trabalho, a conceituação de participação política de Melucci (1977, p. 120) como “qualquer ação que se situa, pelo menos parcialmente, dentro dos limites e das regras do sistema político e que seja voltado para maximizar as vantagens do ator nas decisões políticas.”

uma cota mínima de 25% das candidaturas para as mulheres. Num trabalho comparativo entre os anos 1972 a 1992, o número de mulheres-prefeitas subiu de 58 em 1972, para 171 em 1992. No Nordeste, e no mesmo período, o aumento foi de 44 para 92 mulheres-prefeitas. (Cem mil..., 1996). Porém, evidentemente, existem muitos outros fatores que contribuem para incentivar ou impedir maior participação política por parte das mulheres. Na Paraíba, apesar de alguns exemplos isolados, a participação da mulher se dá muito mais no plano não institucional, via movimentos sociais.

Entretanto, na política não institucional, a participação da mulher é quantitativamente superior a do homem (Corcoran-Nantes, 1993), seja nas organizações de base, seja nos grupos religiosos, especialmente as *comunidades eclesiais de base* (CEBs), ou seja, nas organizações comunitárias embora algumas mulheres tenham dificuldade em compreender a dimensão política deste tipo de atividade. Em muitos casos, as mulheres afirmam não entender nada de política e não considerar a sua participação nos movimentos sociais e outras organizações e grupos como uma participação política (CALDEIRA, 1990).

Os estudos de caso esboçados neste trabalho exemplificam dois tipos de organização: uma voltada para a mulher urbana; outra, voltada para a mulher rural, tendo como participante típico, respectivamente, mulheres das classes média e trabalhadora. Em termos ideológicas, as duas organizações representam posições bastante divergentes. O *Centro da Mulher 8 de Março* diz ter afinidade com posições feministas liberais enquanto o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais* segue uma ideologia mais nitidamente socialista feminista. Porém, estas diferenças ideológicas, aparentemente significativas, não impedem uma prática mais pragmática em que os dois grupos mantêm um diálogo bastante aberto, trocam informações e desenvolvem atividades juntos, na busca de táticas e estratégias no combate à opressão da mulher (ALVAREZ, 1990).

Se, de um lado, os grupos de mulheres contribuíram, sem dúvida alguma, para o fortalecimento da sociedade brasileira durante e após o Regime Militar, por outro lado, esses grupos também criaram novos espaços dedicados especificamente ao que Alvarez (1990, p. 43) define como, “tentativas de ampliar, redefinir ou reconstruir a fronteira entre o público e o privado, o político e o pessoal, o ‘natural’ e o ‘artificial’ uma fronteira institucionalizada pelo estado moderno.”

A ocupação de novos espaços e de espaços tradicionalmente ocupados por homens, evidentemente, envolve uma mudança profunda nas relações de gênero em que processos educativos deveriam desempenhar um papel pertinente. Embora os dados que apontam para uma maior participação da mulher brasileira nos processos formais de educação sejam indicadores positivos, resta pouca dúvida de que as relações de gênero transmitidas pelo processo educativo fazem pouco para propiciar uma mudança de atitudes e comportamentos (AKSORNKOOL, 1997; STROMQUIST, 1996, 1997a, 1997b).

Apesar de Hobsbawm (1995) afirmar que o número crescente de movimentos e de grupos de mulheres representa a “*revolução cultural*” mais importante deste século, ressalta-se que a luta da mulher pelo *empowerment* e desenvolvimento igualitário de gênero constitui um processo relativamente recente, extremamente conflitivo e profundamente complexo.

**Abstract**

*Despite the important and courageous role played by individual women in the political life of the State of Paraíba (Brazil) in the first half of this century, it is only towards the end of the '70s that the first feminist groups are formed. In this respect, the initial motivation of the Paraiban feminist movement differs little from the general Brazilian and Latin American tendency in which opposition to military dictatorships had the effect of concentrating the struggle on human and civil rights with little specific reference to the dimension of gender. In this paper we trace the specific development of the contemporary feminist movement in the State of Paraíba with reference to the broader Brazilian and Latin American context and point to its contribution to the creation of new spaces within civil society.*

**Keywords**

*FEMINIST MOVEMENT – HISTORY  
FEMINIST MOVEMENT – PARAÍBA  
FORUM OF PARAIBAN WOMEN.*

Agradecimentos

À leitura crítica feita pela Profa. Maria de Lourdes de Arruda Melo (UFPB) da versão preliminar deste trabalho e de suas valiosas sugestões.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, S. M. C. *Feminismo: o fim do exílio da cidadania feminina*. João Pessoa: Cunha-Coletivo Feminista, 1992

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil; women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

AKSORNKOOL, Namtip. Gender-sensitive education for a better world. CONFINTEA BACKGROUND, 5., 1997, Paris. *Document...* Paris: UNESCO, 1997.

BENNET, V. Gender, class and water; women and the politics of water service in Monterrey, Mexico. *Latin American Perspectives*, s. 1., v.22, n.2, p. 51-75, 1995.

CALDEIRA, J. P. de R. Women, daily life and politics. In: JELIN, E. *Women and social change in Latin America*. London: Zed Books, 1990. p. 47-75

CEM mil mulheres disputam eleição; nova lei amplia participação eleitoral feminina, mas desigualdade em relação aos homens continua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1996. p. 1-11.

CORCORAN-NANTES, Y. Female consciousness or feminist consciousness. In: RADCLIFFE, S. A., WESTWOOD, S. (Ed.) *Viva: women and popular protest in Latin America*. London: Routledge, 1993. p. 136-155.

GOHN, M. da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOFFILY, José. *Anayde; paixão e morte na Revolução de 30*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LANDIM, L. Brazil. In: SALAMON, L.M. & ANHEIR, H.L. *Defining the non-profit sector; a cross-national analysis*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1997.

LIMA, M. J. de. Linha de vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: MARA RÉGIA *et al.* *Como trabalhar com mulheres*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 35-49. (Coleção Fazer, 30).

MACHADO, L. M. V. We learned to think politically: the influence of the Catholic Church and the feminist movement on the emergence of the Health Movement of Jardim Nordeste area in São Paulo, Brasil. In: RADCLIFFE, S. A., WESTWOOD, S. (Ed.) *Viva: women and popular protest in Latin America*. London: Routledge, 1993. p. 136-155.

MARTIN, P. Y. Rethink feminist organizations. *Gender & Society*, s. 1., v.4, n.2, p. 182-206, jun. 1990.

MILLER, F. *Latin American women and the search for social justice*. Hannover: University Press of New England, 1991.

MELUCCI, A. *Sistema politico, partiti e movimenti sociali*. Milano: Feltrinelli Economica, 1977.

MOLINEUX, M. Mobilization without emancipation? Women's interest, the state and revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, s.l., v. 11, n.2, p. 227-254, 1985.

OXFAM. *Porque trabalhar com mulheres*. Recife, 1990.

SARANTAKOS, S. *Social research*. Houndsmill: Macmillan, 1993.

SHUMAHAR, Shuma, MEDEIROS, Hildesia. [*Mesa redonda*; 29 de outubro de 1997.]. In: ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA, 12., 1997, Salvador. (Gravação)

STROMQUIST, Nelly P. La búsqueda del empoderamiento: em que puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, M. (*Comp.*). *Poder y empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: TM Editores/UN Facultad de Ciências Humanas, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Literacy for citizenship: gender and grassroots dynamics in Brazil*. New York: State University of New York Press, 1997b.

\_\_\_\_\_. (*Ed.*) *Gender dimensions in education in Latin America*. Washington: OAS, 1996. (Interamer Educational Series, 53).

TARROW, S. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TEIXEIRA, E. *Dossiê*. João Pessoa: Centro da Mulher 8 de Março, 199-.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Report: 1977*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1997.

WAYLEN, G. Analysing women in the politics of the third world. In: AFSHAR, H. *Women and politics in the third world*. London: Routledge, 1996. p. 7-24.